

HABEAS CORPUS Nº 371.382 - BA (2016/0243405-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ARTUR JOSE PIRES VELOSO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : VANUSA RESENDE DE BRITO

DECISÃO

VANUSA RESENDE DE BRITO alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**, que denegou a ordem lá impetrada (HC n. 0013865-22.2016.8.05.0000), na qual a defesa pleiteava a concessão de prisão domiciliar.

Entretanto, conforme informações prestadas pelo Juízo da 12ª Vara Criminal de Salvador – BA, às fls. 85-167, a condenação imposta à ré pela prática de extorsão mediante sequestro transitou em julgado.

Em "01.03.2018, a competente guia de recolhimento definitiva expedida em desfavor da paciente foi remetida à 2ª Vara de Execuções Penais desta Comarca, juízo no qual se encontra à disposição, para instrução dos autos do Processo de Execução Provisória da Pena - nº 0319039-33.2016.8.05.0001, a fim de propiciar o cumprimento da pena imposta" (fl. 90).

Ante o contexto, este habeas corpus, que se insurgia contra a determinação de execução provisória da pena, ocorrida ainda em 2016, perdeu o seu objeto, razão pela qual **o julgo prejudicado**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**